

Os Efeitos Macroeconômicos das Transferências do Governo: uma Abordagem de Matriz de Contabilidade Social

por Marcelo Côrtes Neri, Secretária de Assuntos Estratégicos (SAE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
Fabio Monteiro Vaz e Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza, Ipea

As transferências do governo para indivíduos e famílias desempenham um papel central no sistema de proteção social brasileiro, representando quase 14 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009. Embora seus impactos fiscais e redistributivos já tenham sido amplamente estudados, os efeitos macroeconômicos das transferências são mais difíceis de determinar.

Nos moldes de pesquisas anteriores, que analisaram o fluxo circular de renda no Brasil, Neri et al. (2013) construíram uma Matriz de Contabilidade Social (MCS, ou Social Accounting Matrix, em inglês) referente a 2009 e estimaram os multiplicadores contábeis de curto prazo para sete transferências monetárias governamentais distintas: os regimes de Previdência Social para trabalhadores do setor privado e servidores públicos (RGPS e RPPS, respectivamente); o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício não contributivo focalizado em idosos e portadores de deficiência em situação de pobreza; o Programa Bolsa Família (PBF), uma transferência condicionada de renda direcionada às famílias pobres; o Abono Salarial, um subsídio salarial anual para trabalhadores formais com salários baixos; o seguro-desemprego para trabalhadores formais; e os saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), uma poupança compulsória para os trabalhadores formais do setor privado.

A MCS é uma matriz quadrada de dupla entrada que descreve todos os fluxos de renda da economia. A maioria dos dados foi compilada a partir das Contas Nacionais do Brasil de 2009 e da POF 2008/2009, uma pesquisa de orçamentos familiares. Nossa MCS foi desagregada em 56 setores, 110 produtos, 200 grupos de famílias e sete fatores de produção (capital e mais seis tipos de trabalho, de acordo com a escolaridade). Finalmente, realizamos uma série de regressões para separar o consumo das famílias em componentes “exógenos” (ou “autônomos”) e “endógenos”.

A modelagem econômica com base na MCS começa com a especificação das contas endógenas e exógenas. Estas últimas são compostas por despesas independentes da renda atual. Em nosso caso, todos os gastos do governo, investimentos de capital, rendimentos de propriedade, o consumo autônomo da família e as importações/exportações são exógenos. Mais especificamente, estamos interessados nos efeitos de uma injeção exógena em cada uma das sete transferências governamentais descritas anteriormente. Todas as outras contas são, portanto, endógenas. Os chamados “vazamentos” são os fluxos de renda das contas endógenas para as contas exógenas. Os vazamentos – como poupanças, impostos e importações – são cruciais para determinar o efeito multiplicador de uma injeção exógena, pois permitem que o sistema volte ao equilíbrio.

O modelo tem base em outros três pressupostos fundamentais. Primeiro, ele segue a tradição keynesiana de orientação pela demanda e, assim, presume que a causalidade comece com injeções na demanda. Em segundo lugar, o modelo pressupõe que a oferta seja perfeitamente elástica. Em terceiro lugar, pressupõe que a propensão das famílias a poupar e o perfil de consumo sejam fixos – isto é, o aumento da renda não provoca mudanças no comportamento.

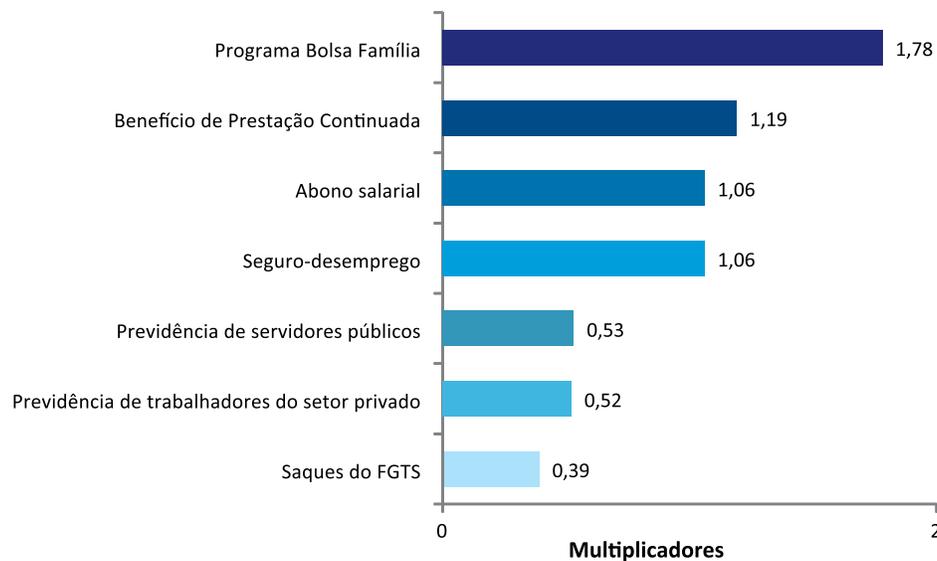
A Figura 1 mostra os efeitos multiplicadores das sete transferências governamentais sobre o PIB. Sua interpretação é simples e direta: cada multiplicador corresponde ao crescimento do PIB resultante de cada dólar adicional injetado em cada transferência.

O Programa Bolsa Família tem um efeito consideravelmente maior que os outros. De acordo com o modelo, se o governo aumentasse os gastos com o Bolsa Família em 1 por cento do PIB, a atividade econômica como um todo aumentaria 1,78 por cento. Outra transferência focalizada, o Benefício de Prestação Continuada, vem em segundo lugar. Apenas três transferências – a previdência do setor privado e dos servidores públicos e os saques do FGTS – tiveram multiplicadores menores do que 1 – ou seja, as injeções exógenas nessas transferências vazam cedo dentro do fluxo circular de renda.

Os multiplicadores dos outros agregados macroeconômicos relevantes – consumo da família e total, renda disponível e assim por diante – revelam um padrão semelhante com o Programa Bolsa Família no topo e as previdências e o FGTS nas posições mais baixas.

Assim, sob os pressupostos, reconhecidamente, rígidos de nosso modelo, os resultados confirmam, de modo geral, a hipótese de que grande parte das transferências do governo direcionadas aos pobres – como o Programa Bolsa Família – ajuda a promover o crescimento econômico. Naturalmente, deve-se ressaltar que os multiplicadores relacionam injeções marginais nas transferências do governo ao desempenho econômico de curto prazo. No longo prazo, não há dúvida de que o que realmente importa é a expansão da capacidade produtiva do país.

Figura 1
Efeitos Multiplicadores das Transferências Monetárias sobre o PIB



Fonte: Estimados a partir da Matriz de Contabilidade Social.

Referência:

Neri, M.; F. Vaz; P. Ferreira. (2013) Efeitos Macroeconômico dos Programa Bolsa Família: Uma Análise Comparativa das Transferências Sociais, in T. Campello and M. Côrtes Neri (eds), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, Ipea, capítulo 11. pp. 194-206.
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf>